

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.594.713 - SC (2019/0295144-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO SAFRA S A
ADVOGADO : ALEXANDRE NELSON FERRAZ - SC036530
AGRAVADO : DROP SKATEBOARD LTDA
ADVOGADOS : ROBERTO ISER - SC012557A
ROBERTO ISER JÚNIOR - SC014952

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO SAFRA S.A. em desafio à decisão que inadmitiu recurso especial, este manejado com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (e-STJ, fls. 520/523):

"APELAÇÃO CÍVEL. DEMANDA REVISIONAL DE CONTRATOS BANCÁRIOS. ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE E OUTRAS AVENÇAS A ELA VINCULADAS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO DEDUZIDA NA EXORDIAL. IRRESIGNAÇÃO DO BANCO.

DIREITO INTERTEMPORAL. NOVEL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL QUE ADOTA A TEORIA DOS ATOS ISOLADOS. OBSERVÂNCIA À MÁXIMA TEMPUS REGIT ACTUM. EXEGESE DO ART. 14 DO CPC/2015, CONJUGADO COM OS ENUNCIADOS ADMINISTRATIVOS NS. 2, 3 E 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TERMO "PUBLICAÇÃO" DA DECISÃO QUE DEVE SER ENTENDIDO COMO A DATA DA PUBLICAÇÃO EM CARTÓRIO, RECEBIMENTO DOS AUTOS NA SECRETARIA DO JUÍZO OU INSERÇÃO NOS AUTOS ELETRÔNICOS. CONGRAÇAMENTO JÁ CONSOLIDADO NA JURISPRUDÊNCIA E NA DOUTRINA MAJORITÁRIA. CASO CONCRETO EM QUE A DECISÃO RECORRIDA FOI PUBLICADA EMPÓS A VIGÊNCIA DO CPC/2015. DECISÃO QUE DEVE OBEDIÊNCIA AO REGRAMENTO PROCESSUAL DO CÓDIGO FUX.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. VERBERADA NÃO INCIDÊNCIA AO CASO CONCRETO. TESE RECHAÇADA. APLICAÇÃO DA TEORIA FINALISTA ATENUADA. AUTOR QUE É ABARCADO PELO CONCEITO DE DESTINATÁRIO FINAL DO ART. 2º DO PERGAMINHO CONSUMERISTA.

APLICAÇÃO DA SÚMULA 297 DA CORTE DA CIDADANIA. PRINCÍPIOS DO PACTA SUNT SERVANDA, ATO JURÍDICO PERFEITO E AUTONOMIA DA VONTADE QUE CEDEM ESPAÇO, POR SEREM GENÉRICOS, À NORMA ESPECÍFICA DO ART. 6º, INCISO V, DA LEI 8.078/90. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DOS CONTRATOS, NOS LIMITES DO PEDIDO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 2º, 141, 492 e 1.103, TODOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 381 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA ORIENTAÇÃO 5 DO JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE ORIUNDA DO RESP N. 1.061.530/RS, RELATADO PELA MINISTRA NANCY ANDRIGHI, JULGADO EM 22/10/08.

CONTRATOS DE ADESÃO. CARACTERIZAÇÃO. EXEGESE DO ART. 54 DO PERGAMINHO CONSUMERISTA.

Juros remuneratórios. CONTRATOS DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE E EMPRÉSTIMOS NÃO EXIBIDOS E AVENÇA DE REFINANCIAMENTO APRESENTADA NO FEITO, MAS SEM INDICAÇÃO DOS PERCENTUAIS DO ENCARGO. LIMITAÇÃO DOS JUROS COMPENSATÓRIOS AO TETO VEICULADO PELO BANCO CENTRAL QUE SE DESNUDA IMPERATIVA. EXEGESE DA SÚMULA 530 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TEMA QUE IGUALMENTE FOI OBJETO DE DELIBERAÇÃO EM JULGAMENTO EM CARÁTER REPETITIVO (RECURSO ESPECIAL N. 1.112.879/PR, SOB A RELATORIA DA MINISTRA NANCY ANDRIGHI), EM QUE A "CORTE DA CIDADANIA" ESTIPULOU A NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO DO ENCARGO NA TAXA MÉDIA DE MERCADO QUANDO AUSENTE A FIXAÇÃO DO RESPECTIVO PERCENTUAL NO CONTRATO OU NÃO EXIBIDA A AVENÇA. HIPÓTESE VERTENTE QUE SE AMOLDA AO VERBETE SUMULAR E AO ENTENDIMENTO SUFRAGADO EM SEDE DE REPETITIVO. CASO CONCRETO EM QUE O TOGADO DE ORIGEM FIXOU COMO LIMITE AO ENCARGO O DOBRO DA TAXA MÉDIA DE MERCADO. AUSÊNCIA DE IRRESIGNAÇÃO DA PARTE ADVERSA QUE IMPEDE A ALTERAÇÃO DA SENTENÇA NESTE ASPECTO, SOB PENA DE REFORMATIO IN PEJUS. MANUTENÇÃO DO DECISUM QUANTO AO TEMA.

ANATOCISMO. POSIÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO RESP N. 973.827/RS, EM JULGAMENTO DE

CARÁTER REPETITIVO, NO SENTIDO DE PERMITIR A CAPITALIZAÇÃO COM PERIODICIDADE INFERIOR A UM ANO EM CONTRATOS CELEBRADOS EMPÓS 31-3-00, DATA DA PUBLICAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 1.963-17, REEDITADA PELA 2.170-36, DESDE QUE EXPRESSAMENTE PACTUADA, CONSIDERANDO-SE COMO TAL QUANDO VERIFICADO QUE A TAXA DE JUROS ANUAL É SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DA TAXA MENSAL. CASO CONCRETO QUE SE ENQUADRA NO POSICIONAMENTO ACIMA EM RELAÇÃO A PARTE DOS CONTRATOS REVISADOS. COBRANÇA DA CAPITALIZAÇÃO AUTORIZADA NOS BORDERÔS DE DESCONTO DE DUPLICATAS E VEDADA NAS DEMAIS AVENÇAS. REFORMA PARCIAL DO DECISÓRIO NESTA PORÇÃO.

PLEITO SUCESSIVO DE RECONHECIMENTO DA VALIDADE DA CAPITALIZAÇÃO ANUAL. INACOLHIMENTO. ART. 4º DA LEI DA USURA E ART. 591 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 QUE EMBORA AUTORIZEM A COBRANÇA DA CAPITALIZAÇÃO ANUAL, NÃO AFASTAM A EXIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO EXPRESSA DO ENCARGO. INTERPRETAÇÃO DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE DE VE SER DE FORMA CONJUNTA COM O CONTIDO NOS ARTS. 4º, INCISO I E 6º, INCISO III, AMBOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. HIPÓTESE VERTENTE EM QUE NÃO HÁ PREVISÃO CONTRATUAL DA CAPITALIZAÇÃO NA MODALIDADE ÂNUA, TORNANDO ABUSIVA A SUA COBRANÇA. MANTENÇA DO DECISUM NESTE VIÉS.

ENCARGOS MORATÓRIOS. PLEITO DA CASA BANCÁRIA DE MANUTENÇÃO DA COBRANÇA DE FORMA CONJUNTA DA MULTA COM A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INVIABILIDADE. EXEGESE DA SÚMULA 472 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO ENUNCIADO III DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL DESTA CORTE DE JUSTIÇA. SENTENÇA INALTERADA NESSA SEARA.

REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PRESCINDIBILIDADE DE PRODUÇÃO DA PROVA DO VÍCIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 42 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DO VERBETE N. 322, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PERMISSIBILIDADE NA FORMA SIMPLES. *Compensação dos créditos. Partes reciprocamente credoras e devedoras.* INCIDÊNCIA do art. 368 do código civil. APRESENTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL IMUTÁVEL NESSE CAMPO.

ÔNUS SUCUMBENCIAIS. RECALIBRAGEM NECESSÁRIA EM FACE DA REFORMA PARCIAL DA DECISÃO NESTA INSTÂNCIA. VERBA HONORÁRIA. FIXAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ART. 85 DO CÓDIGO FUX. COMPENSAÇÃO DO ESTIPÊNDIO OBSTADA, POR FORÇA DO QUE ESTABELECE O ART. 85, § 14, DO CPC/2015.

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS. INTELIGÊNCIA DO ART. 85, §§ 1º E 11, DO CÓDIGO FUX. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE OFÍCIO EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DA VERBA PROFISSIONAL NA ORIGEM. ENTENDIMENTO SEDIMENTADO PELA "CORTE DA CIDADANIA".

REBELDIA PARCIALMENTE PROVIDA."

Em suas razões, o recorrente aponta violação dos arts. 110, 111, 422, 591 e 877 do Código Civil; 373 do CPC/1973; 2º, 6º e 6º do CDC; 5º da Medida Provisória 2.170-36/2001; 9º da Lei 4.595/1964; Emenda Constitucional 40/2006; à Súmula 648/STJ e à Resolução 1.129/1986.

Sustenta a impossibilidade de revisão do contrato, tendo em vista que não se trata de contrato de adesão, bem como a inaplicabilidade da legislação consumerista, além da impossibilidade de inversão do ônus da prova.

Defende, ainda, a legalidade dos juros remuneratórios, da comissão de permanência e da capitalização dos juros e a impossibilidade de repetição de valores.

Em juízo de admissibilidade, o Desembargador 3ª Vice-Presidente do Tribunal local negou seguimento ao recurso em relação à capitalização de juros e à comissão de permanência, com base no art. 1.030, I, "b", do CPC/2015, e o inadmitiu no mais, diante da aplicação das Súmulas 7 e 83 do STJ e 282 e 283 do STF.

Contra tal *decisum* foi interposto o presente agravo em recurso especial, em que defende a inaplicabilidade das Súmulas 7 e 83/STJ e 282 e 283 do STF, além de agravo interno, ao qual o Tribunal de origem negou provimento.

É o relatório. Passo a decidir.

Consta do acórdão atacado, no que interessa (e-STJ, fl. 535):

"Em razão de os pactos objeto da demanda serem de abertura de

crédito em conta-corrente e outras avenças a ele atreladas, deflagra-se a existência de hipossuficiência do Autor, uma vez que se enquadra no termo destinatário final conforme a teoria finalista atenuada, sendo plausível a aplicação do Código Consumerista e a inversão do ônus da prova."

Como se observa, a Corte local reconheceu a hipossuficiência do autor da demanda revisional e a incidência da legislação consumerista com a inversão do ônus da prova.

Consoante a jurisprudência desta Corte, a inversão do ônus da prova depende da aferição, pelo julgado, da presença da verossimilhança das alegações ou da hipossuficiência do consumidor, a teor do art. 6º, VIII, do CDC, de modo que a revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem sobre esses aspectos, tal como requerido no recurso, atrai a incidência dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. CONTRATO. SUPOSTA ASSINATURA FALSIFICADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. A inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, segundo apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede especial. Precedentes.

2. É ônus probatório da parte que contestou assinatura em documento, trazido por ela mesma aos autos, nos termos do art. 389, II, do CPC/1973.

*3. Inviabilidade de alterar as conclusões do aresto recorrido no sentido de que não há verossimilhança e hipossuficiência técnica acerca da alegação de assinatura falsificada demanda, bem como de que a parte recorrente não procurou indicar qualquer prova que pudesse respaldar sua tese, por demandar incursão na seara fático-probatória. Incidência da súmula 7/STJ. 4. Agravo interno não provido." (AgInt no REsp 1.409.028/PR, Rel. Ministro **Luis Felipe Salomão**, DJe de 1º/12/2016)*

Noutro vértice, destacou a Corte de origem que, *"diante da existência de adimplemento contendo quantia indevida, a repetição do indébito é plausível"* (e-STJ, fl.

Superior Tribunal de Justiça

546), em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual "*a compensação de valores e a repetição de indébito são cabíveis sempre que verificado o pagamento indevido, em repúdio ao enriquecimento ilícito de quem o receber, independentemente da comprovação do erro, nos termos da Súmula 322 do STJ*" (AgInt no AREsp 189.141/PR, Rel. Ministro **Marco Buzzi**, DJe de 1º/4/2019). Incidência da Súmula 83/STJ.

Por fim, as matérias insertas nos arts. 110, 111 e 422 do Código Civil, de fato, não podem ser analisadas por esta Corte Superior, à míngua de prequestionamento.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para conhecer, em parte, do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido em 1% (um por cento) sobre a mesma base de cálculo estabelecida na origem.

Publique-se.

Brasília/DF, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator